

**MEMO**

**“Sessão de Apresentação Pública do Plano de Ação para a Economia Circular”**

**Universidade de Aveiro, 8 de setembro de 2017**

A ESGRA esteve presente na sessão de apresentação do Plano de Ação para a Economia Circular, realizada na Universidade de Aveiro, no dia 8 de outubro.

A abertura da sessão foi realizada pelo Reitor da Universidade de Aveiro, Manuel António Assunção, que congratulou a adesão da iniciativa.

O Plano de Ação para a Economia Circular foi apresentado pela Adjunta do Ministro do Ambiente, Inês Costa.

No âmbito desta apresentação foi explanada a importância deste Plano para a transição do modelo de desenvolvimento de uma economia linear para um modelo de economia circular, destacando que atualmente, a nível global, apenas 7% dos materiais são reciclados.

O Plano de Ação visa incidir sobre os produtos; o consumo; o conhecimento; os resíduos e matérias-primas secundárias.

As áreas de ação incidem sobre a reutilização; a investigação; a reutilização e capacitação, pretendendo-se dar uma “nova” vida aos resíduos; aprofundar conhecimento; promover incentivos financeiros e a regeneração de recursos.

Deve ser promovida uma ajuda dedicada aos setores industriais que devem constituir-se como agentes de mudança e construção.

São propostas áreas para a agenda de transição, criando-se redes de cidades e empresas circulares.

Deve ser promovido o comércio e a prestação de serviços de reparação locais e implementados novos produtos financeiros, como por exemplo os “*green bounds*”.

A taxa que incide sobre os sacos de plástico deverá ser revista e serão desenvolvidas ações inovadoras, como por exemplo a emissão de faturas sem papel.

No âmbito da “educação para a economia circular” existem instrumentos como a Estratégia Nacional para a Educação Ambiental (ENEA) e o lançamento de iniciativas como o “*Ideas challenge*”.

No âmbito do Plano de Ação foram selecionados alguns setores da indústria em particular, pelo peso que representam, como é o caso da indústria cerâmica, e pela necessidade de promover a transição para a economia circular, tendo em conta também o peso dos resíduos provenientes da construção. A este propósito foram dados exemplos de projetos inovadores

de recuperação de materiais de construção que voltam a entrar na cadeia de valor enquanto produtos.

As ações previstas no Plano de Ação têm como agentes de mudança a sociedade civil, as empresas e o Governo.

Inês Costa destacou a importância da Economia Circular que já conta com uma Comissão Intersectorial para as Alterações Climáticas.

Os instrumentos financeiros previstos no Plano de Ação são os seguintes:

- Fundo Ambiental; FITEC e *EEAGrants*.

Foi referido que ainda no final deste mês será apresentada a Estratégia para os Plásticos.

Concluída a apresentação, seguiu-se o debate moderado por José Vítor Malheiros, com os seguintes participantes:

Vítor Ferreira, *Cluster Habitat*;

Teresa Franqueira, Universidade de Aveiro;

Andreia Barbosa, Plataforma Economia Circular.

Os participantes fizeram uma breve descrição das atividades que têm desenvolvido:

Vítor Ferreira destacou a importância das ações de natureza coletiva, dos *clusters* e da *Ecoplatform*.

Referiu que as Declarações Ambientais são ferramentas eco ambientais que permitem que as empresas modifiquem os materiais e seja prestada informação adequada ao consumidor.

De seguida, Teresa Franqueiro destacou a importância do *design* na conceção dos produtos através da escolha dos materiais, e referiu a experiência de *designers* que transformam resíduos em produtos de *design*.

Andreia Barbosa divulgou várias experiências vividas em comunidade, nomeadamente encontros em comunidades locais com voluntários que reparam objetos de cidadãos que aderem a estes encontros (*“repairs cafe”*).

Também mencionou ações de dinamização do comércio local de resíduos:

- Projetos artesanais de transformação de plásticos em produtos;
- Reciclagem de roupa;
- Prestação de serviços de consultoria a empresas que queiram implementar boas práticas.

Lançado o repto pelo moderador sobre a sua apreciação sobre o plano de ação, Andreia Barbosa considera o PA um instrumento muito importante, destacando o seu papel para a construção de uma sociedade inclusiva que vem trazer a oportunidade para promover a justiça social e a partilha e usufruto em alternativa à propriedade individual.

Teresa Franqueiro também considera o PA muito positivo, tendo Vítor Ferreira alertado para a importância de serem valorizados e aproveitados os instrumentos já existentes, como é o caso dos *clusters*.

Foi depois aberta a sessão ao público, tendo sido muito participada. Destacaram-se algumas questões:

- Necessidade de se estabelecerem obrigações de utilização de matérias-primas secundárias;
- Foi criticada a ausência de referência aos problemas que dificultam a reciclagem, não havendo igualmente propostas de resolução no PA;
- Sendo Portugal um dos países que mais deposita em aterro materiais recicláveis, foi criticado o valor das taxas aplicáveis por não incentivarem a transição para a economia circular;
- Também foi referido que o valor do CDR atualmente é muito baixo não incentivando o seu escoamento. Relativamente a mecanismos de fiscalização, não existe fiscalização do material reutilizado e das matérias-primas secundárias nas obras de construção;
- Foi ainda referida a necessidade de atualizar e articular o enquadramento legal nacional e o comunitário, nomeadamente no que respeita à transição de resíduos em subprodutos;
- Foi apontada a falta de indicadores de monitorização no Plano de Ação;
- Deve igualmente ser clarificada a articulação das metas de modo a constituírem verdadeiros instrumentos de incentivo para o País as alcançar;
- Foi apontada a ausência de articulação entre os fluxos do interior e do litoral no contexto das “cidades circulares”;

Encerrado o debate, Inês Costa esclareceu que este Plano não pretende sobrepor-se a outras políticas públicas já existentes que cobrem muitas das questões apontadas pela plateia.

De seguida, teve lugar a intervenção do Presidente da APICER, José Luís Sequeira, subordinada ao tema: “A Economia Circular e o desafio na indústria cerâmica”.

Na sua apresentação defendeu a importância dos resíduos da cerâmica no sentido de lhes ser dado o mesmo estatuto dos resíduos de construção e demolição (RCD), os quais podem ser valorizados em operações de enchimento (*backfilling*). Acrescentou que não sendo os resíduos de cerâmica tóxicos devem ser reciclados e ter o mesmo encaminhamento dos RCD.

Frisou, ainda, que deve ser promovida uma maior simbiose entre setores com vista a incrementar a recuperação de resíduos. Também fez referência à ausência de legislação adequada em matéria de resíduos de embalagens industriais.

Finalmente, a sessão foi encerrada com a intervenção do Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, que focou a importância do Plano de Ação para a transição para um modelo de desenvolvimento de economia circular, reconhecendo a existência de um longo caminho a percorrer e a importância do envolvimento das comunidades locais, tendo informado que o Governo tem o objetivo de envolver as juntas de freguesia em ações de promoção da economia circular.

Destacou a importância dos instrumentos ao dispor para esta transição, como é o caso do Fundo Ambiental, anunciando que os projetos aprovados no âmbito deste Fundo seriam conhecidos neste dia, 8 de setembro, e que existem 6 milhões de euros destinados a projetos de construção no âmbito do instrumento financeiro *EEAGrants*.

ESGRA, 14 de setembro de 2017.